

## UMA SOCIOLOGIA DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAMBUÍ-MG

*Cássio José de Oliveira Silva<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

O presente trabalho é fruto de algumas experiências prévias de pesquisas envolvendo uma tríade relação entre os processos de democratização do ensino público no Brasil, a precarização institucional das escolas públicas atuais e as consequências diretas destes processos na gestão escolar e suas relações com a crise da qualidade do ensino. O objetivo do trabalho é mensurar a valorização/desvalorização da produção e uso de informações sobre os alunos por parte da gestão de três escolas públicas da rede estadual de ensino da cidade de Cambuí-MG. A metodologia do trabalho será composta de uma breve etnografia seguida da produção de um survey para aplicação com os profissionais envolvidos na gestão das escolas. O trabalho sustenta a hipótese de que os processos intra-escolares de fragilidade institucional podem ter causas e consequências extra-escolares.

**Palavras-chave:** Escola Pública, Gestão escolar e Gestão da informação.

### **Abstract:**

This work is the result of some previous experience of research involving a triad relationship between the processes of democratization of public education in Brazil, the institutional instability of the current public schools and the direct consequences of these processes in school management and its relationship to the quality crisis education. The objective is to measure the increase / decrease of the production and use of information about students by the management of three public schools in the state schools of the city of Cambuí-MG. The methodology of the study will consist of a brief ethnography followed by production of a survey application for professionals involved in the management of schools. The work supports the hypothesis that the processes of intra-school institutional fragility may have causes and consequences-school.

**Keywords:** Public school, school management and information management

---

<sup>1</sup> \*Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá-MG- Mestrado.

## Por que na Escola Pública?

A educação é tida como consenso tácito na construção de um indivíduo capaz de criar a autonomia política na sociedade em que vive. Por sua função social, da qual estamos alertados desde muito tempo mas que assume um rigor de caráter histórico sobretudo com Durkheim (1978), a educação passa a ser compreendida como um instrumento de catalisação dos costumes na vida social, variando historicamente nas diversas sociedades.

A educação tem variado infinitamente com o tempo e o meio. Nas cidades gregas e latinas, a educação conduzia o indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade, a tornar-se uma coisa da sociedade. Hoje, esforça-se em fazer dele personalidade autônoma. Em Atenas, procurava-se formar espíritos delicados, prudentes, sutis, embebidos de graça e harmonia, capazes de gozar o belo e os prazeres da pura especulação; em Roma, desejava-se especialmente que as crianças se tornassem homens de ação, apaixonados pela glória militar, indiferentes no que tocasse as letras e as artes (...) (Durkheim, 1978, pp35.)

Por sua natureza histórica e transitiva, como sugere o recorte acima, a educação tem servido de instrumento não só na constituição de uma universalização de comportamentos e subjetividades importantes e caros à vida social, como também ocupado uma função de motor do desenvolvimento e da própria identidade de uma determinada sociedade. Não poderia existir a sociedade sem que houvesse antes certa homogeneidade entre seus membros. A Escola nesta chave é o espaço onde melhor se percebe a função social da educação. O ato de instruir e socializar, que compete a uma boa educação, tem se mostrado um trabalho fundamental para as novas gerações, na medida em que o seu progresso depende inteiramente dos propósitos implícitos numa educação ideal.

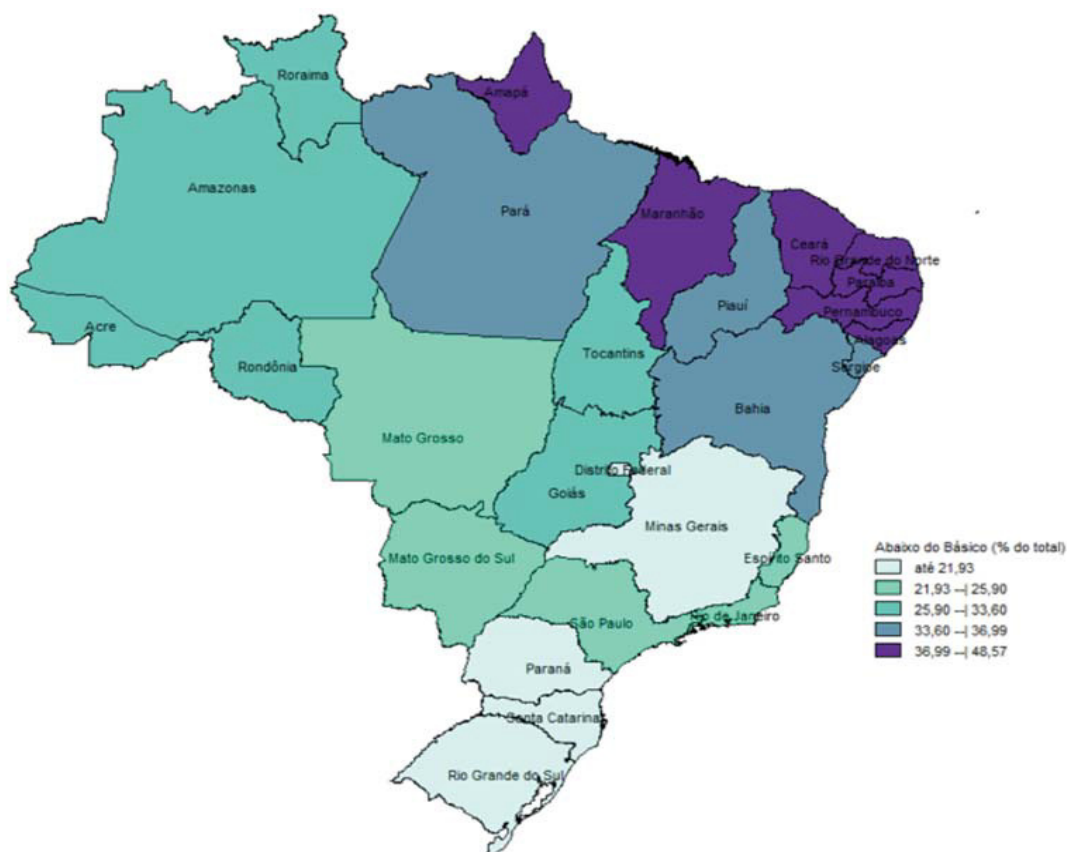
Mesmo ciente disso, o caso do Brasil parece estar direcionar-se no sentido contrário a essa acepção. Um trabalho recente da UNESCO (2012) baseado nos dados da *Prova Brasil*<sup>2</sup>, mostram que a parcela dos estudantes das escolas públicas brasileiras que chegou ao fim do ensino fundamental sem adquirir capacidades cognitivas elementares em leitura era de 30% em 2005, e de 22%, em 2009. E mais, a parcela de estudantes que termina o ensino fundamental com desempenho insatisfatório na

---

<sup>2</sup> Avaliação para diagnóstico da educação que tem como objetivo mensurar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

resolução de problemas é ainda mais preocupante e permaneceu estável nos últimos anos : aproximadamente 39% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental que fizeram a Prova Brasil entre 2005 e 2009 não tinham o nível básico de competência para resolução de problemas que se espera de alunos nessa etapa de ensino.

**Percentual de alunos por nível de aprendizado e unidade da Federação 5º ano, leitura. Prova Brasil 2007.**



Os dados evidenciam que em comparação com os estudantes proficientes, os estudantes que não aprendem estão concentrados em escolas com os mais baixos indicadores de qualidade, como piores bibliotecas, instalações e condições de funcionamento precárias, equipes de gestores e professores menos coesas e mais violência escolar. Além disso, estão expostos a professores com menos escolaridade e piores condições de trabalho. A principal contribuição do trabalho é vulgarizar um problema estrutural da educação no país, que a partir de um somatório de questões apontados acima, aponta para um paradigma de concepção onde há a desvalorização do poder público frente aos desafios de construção de uma escolarização gratuita e de qualidade.

Para além disso, este trabalho traz também uma ferramenta nova e interessante de análise na qualidade de ensino, que se relaciona com a sociologia da educação e parece apontar caminhos importantes para novas pesquisas : a perspectiva de que o ambiente cultural da família dos alunos influencia diretamente no desempenho dos estudantes. Para esta conclusão, o trabalho utiliza um construto de ambiente cultural que agrega informações sobre a escolaridade dos pais e a frequência com que os estudantes veem seus pais lendo. Além disso, o indicador de ambiente cultural agregava informações sobre escolaridade dos pais e posse de bens culturais, como livros, revistas e dicionários. Os resultados apontam que há uma relação possível entre ambiente cultural e nível de aprendizado. Os alunos com nível abaixo do básico pertencem a famílias com ambiente cultural menos favorecido do que seus colegas com melhor desempenho acadêmico.

Pensando num recorte histórico, Mônica Peregrino (2006) elucida que desde a década de 1970 no Brasil, houve um aumento significativo da escolarização das classes populares e pobres, acompanhada de um crescente acesso à escola e uma maior permanência em seus espaços. Essa “democratização” do ensino e do acesso às escolas públicas entretanto, esteve sempre acompanhada por reprovações, abandonos, e distorções na idade - série dos alunos. Pensando sobre este fenômeno, Peregrino (2006) confirma em seu trabalho que a escola pública pode não ser a única instituição capaz de produzir condições de sociabilidade, mas vem sendo, sem dúvida, a que mais reproduz a desigualdade social na medida que passou a ser invariavelmente a escola dos pobres no país.

Seu trabalho nos habilita a afirmar ainda, que a escola pública, de fato, não vem desempenhando um espaço de construção da cidadania, mas sim, corroborando com as desigualdades de classe. O movimento de crescente imersão do mundo popular nos serviços públicos, sobretudo numa instituição de caráter igualitário a que se propõe uma escola, sem dúvida que representa um progresso social em relação ao que se encontrava no país, por exemplo, no início do século XX. A escola, até aquele tempo, era um local por onde se assegurava o direito de continuar a pertencer a uma posição privilegiada na sociedade. O processo de “massificação” da instituição escolar pública brasileira, gerou uma mudança em seu perfil, e também no próprio seio da sociedade desigual e hierarquizada brasileira. Como afirma ainda Peregrino (2006), o espaço da escola, a partir da década de 1970, foi cada vez mais sendo “habitado” pelas classes populares, mas esta “habitação”, não foi acompanhada de uma “experimentação” do processo de

aprendizagem e socialização. Isso aconteceu sobretudo por conta da fragilidade institucional que a escola assumiu. Em outras linhas, houve uma democratização do acesso à instituição escolar, mas esta abertura não foi acompanhada pela qualidade do ensino.

Mas como é possível sustentar então que este fenômeno de expansão do acesso à escola pública tenha contribuído para que a instituição tenha se transformado num espaço de reprodução das desigualdades sociais? A segmentação dos serviços de bem estar social no Brasil, frutos da crise do petróleo e do modelo econômico de livre mercado, direcionou para uma fragmentação dos recursos e serviços públicos da cidade; isso por sua vez, originou a segmentação entre serviços públicos e privados não só na escola, mas também nos serviços de saúde, segurança e políticas públicas destinadas às parcelas excluídas (Peregrino, 2006).

Há algum tempo ficou claro para a sociologia urbana que os processos de segregação e desigualdade social pode influir no desempenho de instituições públicas, e a escola pública no Brasil parece sofrer este mal. (BURGOS, 2009; KAZTMAM, 2008). Em Bourdieu (1997), pudemos perceber que a apropriação de um espaço físico se dá na mesma ordem da apropriação do poder do capital, ou seja, os locais onde se encontram as melhores oportunidades de serviços, bem como onde estão os melhores recursos para um bem estar social, como uma boa escola, um serviço de saúde eficiente, transportes públicos razoáveis, ou até um planejamento mínimo de habitações, estão limitados apenas a uma parcela dos cidadãos no Brasil. Os pobres e subalternos estão destituídos deste processo de consumo das oportunidades encontrados nos espaços mais abastados. A própria arquitetura urbana pode refletir esta constatação. Sobre isto, não é difícil perceber a natureza imponente dos grandes centros comerciais da cidade do Rio de Janeiro, que muitas vezes se inspiram nas características arquitetônicas do poder do império romano, fazendo-se representar simbolicamente como a viga mestra de um status social das classes dominantes. Por outro lado, não é difícil na favela encontrar pessoas que nunca saíram daquele espaço, e que portanto, não estabeleceram qualquer tipo de vivência com a cultura citadina local.

O que caracteriza portanto a constituição dos espaços sociais de forma mais elementar, como a divisão entre a cidade formal e a favela, o urbano do suburbano, ou ainda a escola com altos índices de aprendizagem e com bons indicadores de qualidade daquele modelo que predomina hoje como hegemônico no país, ou seja, da escola pública em crise, é também a acumulação de um determinado *capital cultural* oriundo

de um poder econômico preexistente. Nessa via, as experiências de maior sucesso nos processos de escolarização são também daquelas famílias de alunos que têm maior acesso a instrumentos necessários para e a um ambiente de cultura. (UNESCO, 2012).

Um exemplo merece ser trazido para cá. Se na década de 1950 os bairros pobres da cidade de Montevideu no Uruguai tinham por característica essencial populações constituídas majoritariamente por migrantes trabalhadores oriundos de outras regiões do país que procuravam melhores oportunidades na capital, a partir da década de 1980, os mesmos moradores destes bairros são originários da própria metrópole. Isso prova, segundo Kaztman e Rentamoso (2007), que o fator decisivo para o crescimento da pobreza naquele contexto está estritamente ligado à precarização das condições de trabalho, à baixa qualificação do trabalhador e a ao predomínio de pessoas analfabetas no local. Assim, a noção de capital cultural identificada por Bourdieu tem uma influência que extrapola os limites físicos e dos locais de origem de famílias e grupos de pessoas, incidindo diretamente ora sobre a permanência ou manutenção da segregação social e urbana, ora sobre o desempenho de alunos no interior de espaços escolares diversificados.

O trabalho destes autores mostra ainda que com o colapso do modelo econômico de substituição de importações no país uruguaio e a introdução de um regime baseado no neoliberalismo, os serviços públicos de bem estar social foram se segmentando e levando à segregação das classes mais pobres. Como consequência, os vinte e nove bairros na cidade com maiores carências de serviços passaram a concentrar de 66% a 80% das pessoas pobres. O efeito produzido foi uma concentração espacial dos pobres em forma de segregação social, levando por sua vez, a um *endurecimento da estrutura social*, e à perpetuação da desigualdade.

Longe de pretender afirmar que o problema da escola pública no Brasil é a concentração dos pobres em seu interior, o exemplo serve para se problematizar a questão pertinente à divisão das escolarizações de jovens no Brasil atual. Se grande parte da classe média, desde a década de 1980, tem abandonado o ensino público, podemos ser levados a crer que o baixo índice de aprendizagem nessas escolas está sendo passado às classes populares, alimentando assim uma dinâmica que reproduz a desigualdade de oportunidades no país. Parece plausível portanto, identificar e criar mecanismos capazes de descrever qual o perfil dos estudantes das escolas públicas no país atualmente, já que classificá-los em “pobres”, “excluídos”, “subalternos”, ou

mesmo destituídos de um capital de cultura mínimo para os processos de escolarização pouco ajudará na investigação sobre os problemas internos presentes na escola.

Alguns trabalhos têm apontado que a nível local, a gestão escolar é aquela que sofre de maneira mais direta os processos de crise institucional da escola pública no país por ser o diretor e sua equipe de gestão responsáveis por gerir um ambiente de precariedade de recursos aliado um cotidiano orientado pela resolução de problemas imediatistas (ROSSI, 2011; BURGOS, 2009). É por essa via que este trabalho de pesquisa privilegia uma reflexão acerca dos processos sociais que estão por trás da gestão das escolas públicas no país. O objetivo mais direto desta proposta portanto, é perceber como a equipe de gestão de uma amostra de escolas trabalha a construção de informações sobre seu alunado e como essas informações estão ou não sendo usados para qualificar as relações de ensino aprendizagem.

## **Desenvolvimento e Objetivos**

Em síntese, pode-se afirmar que há dois eixos centrais diante da crise institucional das escolas públicas hoje no país. A primeira delas está relacionada a um problema de ordem estrutural que é conseqüência da desvalorização profissional dos educadores, da falta de recursos físicos nos espaços escolares e da baixa qualificação dos docentes. Por outro lado, em âmbito local, a gestão das escolas públicas esbarra sempre na ausência ou precariedade na produção e armazenamento de informações sobre o perfil social de seu alunado, afetando diretamente as decisões estratégicas dos profissionais da gestão. Os fenômenos percebidos na relação entre escola pública e gestão parecem fundamentais ao entendimento das particularidades locais e na busca de melhor desempenho da qualidade do ensino dessas instituições.

A temática um tanto curiosa que o título deste trabalho de pesquisa possa assumir aos olhos do leitor, tem uma explicação fundada numa experiência que precede o tempo do mesmo trabalho, mas que por isso mesmo, foi capaz de imprimir diversas inquietações acerca dos processos sociais envolvidos no interior dos espaços escolares. Em 2010, ingressei num trabalho de pesquisa e extensão envolvendo os Departamentos de Sociologia e Política, Educação e Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O trabalho envolveu nove escolas públicas que atendiam jovens e

crianças do primeiro e segundo segmento do ensino fundamental e que eram, majoritariamente, moradores de favela. Por este trabalho, foi possível perceber uma relação muito tênue entre os processos sociais de segregação urbana e seu impacto no interior de algumas escolas cujo perfil era marcado pelo grande número de alunos e um quadro generalizado de “*crise institucional*”, refletido sobretudo na gestão das mesmas escolas (BURGOS, 2009; PEREGRINO, 2010).

Nesse sentido, esta seção tem a pretensão de por um lado resgatar o quadro teórico de uma literatura que vem apontando uma relação possível entre as consequências sócio políticas de massificação da escola pública percebidos a partir da década de 1970 nas grandes metrópoles do Brasil, com a imersão das classes populares no ensino público e a perda da *institucionalidade* da gestão daqueles espaços, ou seja, a falta de uma estrutura organizacional baseada naquilo que weber chama de modelo racional burocrático de administração (WEBER, 2010). De outro, o trabalho caminha também no sentido de mensurar os possíveis mecanismos da gestão da informação nos espaços escolares de uma amostra de três escolas da rede estadual de ensino do município de Cambuí-MG, no sul do estado.

Diante de uma parceria entre a PUC-Rio e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da UFJF, um grupo de pesquisadores realizou um trabalho etnográfico em quatro escolas públicas na intenção de avaliar os desafios mais diretos da gestão escolar. Foram selecionadas duas escolas na cidade do Rio de Janeiro e outras duas em Recife-PE. Os resultados do trabalho apontam que os problemas mais frequentes na gestão das escolas são : a) falta de mecanismos capazes de facilitar o trabalho com informações individuais dos alunos, b) a excessiva centralização das tarefas na figura do gestor, c) por ultimo, o excessivo costume da administração baseada no improvisado (CAEd/UFJF, 2010; ROSSI, 2011)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O trabalho foi realizado por dois alunos do curso de graduação em Ciências Sociais (no qual eu me incluo) e dois alunos de Pós-Graduação. A pesquisa foi coordenado pelo Prof.: Marcelo Burgos, do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. O mesmo trabalho serviu de subsídio para um curso stricto sensu sobre a “A profissionalização do Gestor Escolar” da UFJF e serviu como interface para o projeto de pesquisa e extensão envolvendo educação pública em territórios de vulnerabilidade social da PUC-Rio.



Admitindo a causa estrutural dos problemas envolvendo a educação no Brasil, mas abdicando de ponderar sobre suas ramificações e consequências, certo é que não é possível modificar tais problemas sem passar por temas burocráticos e que envolvam portanto questões conjunturais do cenário político, partidário e sindicalista no país. Seguindo esta linha, é razoável acreditar que os estudos sobre ações locais podem mediar um processo de entendimento da precarização da qualidade do ensino público. Para além das limitações de práxis da maioria das escolas públicas, o que se percebe de modo curioso é a necessidade de ações no âmbito da gestão escolar que possam modernizar e profissionalizar suas estruturas administrativas no sentido de facilitar a descrição das particularidades do alunado, aproximando essa descrição das decisões estratégicas da gestão.

Torna-se razoável nos objetivos desta pesquisa portanto, identificar nas escolas estudadas a valorização/desvalorização de uma perspectiva de que é necessário criar mecanismos descritivos de um determinado conjunto social- que neste caso são os alunos das escolas públicas- para que seja possível capacitar os profissionais envolvidos tanto na gestão das escolas quanto nas intermediações pedagógicas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho se insere na necessidade investigar as causas e consequências do abismo existente entre a realidade social dos alunos das escolas públicas massificadas, e as decisões administrativas dos gestores escolares, que afetam diretamente o comportamento e a organização da comunidade escolar em geral. O trabalho se propõe a verificar em que medida os processos de fragilidade da gestão escolar relacionados a ausência da produção de informações dos alunos e da comunidade das famílias se efetiva ou não no cotidiano das escolas. De encontro a isto, visa oferecer subsídios teóricos ao entendimento da relação inerente que se da hoje no sistema educacional brasileiro e que é a frágil relação entre a escola e a participação das famílias dos alunos na vida escolar.

## **Quadro metodológico da Pesquisa**

Explicar a epistemologia do objeto de estudo deste trabalho se mostra uma tarefa árdua na medida em que ele tende a articular alguns paradigmas da sociologia da educação com fundamentos e conceituações teóricas em gestão da informação e gestão

escolar. Em 2008, alguns professores do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio junto a uma equipe de alunos de graduação e mestrado, deram início a uma investigação no interior das escolas públicas na cidade carioca tentando apreender os desafios mais diretos enfrentados pelos profissionais da educação para fazer valer os requisitos necessários a uma “boa escola”. O mesmo grupo de pesquisa iniciou um trabalho qualitativo com os professores e gestores de dez escolas municipais espalhadas por diferentes áreas da cidade, na intenção de apreender as dificuldades mais diretas enfrentadas por estes atores para se construir um sistema educacional público de qualidade. Uma das constatações do trabalho apontou que para a maioria dos profissionais da educação envolvidos na pesquisa, os principais problemas no interior das escolas decorriam da precarização profissional dos educadores e gestores, da ausência de recursos físicos e econômicos dos governos federal, estadual e municipal e sobretudo da pouca participação dos pais na vida escolar dos filhos. Longe de pretender esgotar aqui os assuntos que pautaram a pesquisa, é sabido que o referido trabalho se desdobrou em uma segunda parte tendo como lócus investigativo os pais dos alunos.

Um dos argumentos mais presentes na visão dos profissionais da educação, que impedia um melhor desempenho dos estudantes na vida escolar, era a pouca participação dos pais e responsáveis pedagógicos dos alunos no ambiente escolar. A partir disso, a pesquisa direcionou um olhar mais atento na relação escola e família, e privilegiou a segunda parte do trabalho numa tentativa de compreender a visão dos pais neste mesmo processo. Como um projeto de extensão se compromete com a aplicação dos resultados da pesquisa na realidade estudada, ou se prefere, tem como objetivo “aplicar” os resultados encontrados para o objeto de estudo, os coordenadores do trabalho perceberam que seria inócuo tentar direcionar o trabalho para um campo investigativo que envolvesse o poder público e os diversos descasos políticos com a educação. Admitia-se que existia um problema estrutural da educação, decorrente da precarização profissional dos servidores, da ausência de recursos instrumentais e econômicos repassados às escolas e da pouca valorização política da construção da cidadania nos ambientes escolares. Mas tais problemas não poderiam ser enfrentados com uma equipe de pesquisa reduzida, trabalhando com recursos financeiros sob tempo programado e com o compromisso de dar um retorno prático ao trabalho.

Aqui percebe-se como a literatura nacional e internacional sobre a temática envolvendo escolas públicas, alunos em situação de exclusão social e pobreza e gestão escolar, teve influência nesta etapa do trabalho. Os levantamentos bibliográficos feitos

pelo grupo de pesquisa trouxeram contribuições importantes aos nossos objetivos e em muitos deles houve apontamentos acerca do binômio escola pública e exclusão social e gestão escolar (PEREGRINO, 2006; QUEIROZ e KAZTMAM, 2007; LOPÉZ, 2007). Assim, o trabalho se inseriu no segundo momento selecionando nove escolas públicas do entorno da PUC-Rio e que atendiam massivamente alunos moradores de favelas da zona sul da cidade, entre as quais estavam Rocinha, Parque da Cidade e Vidigal. A consolidação do trabalho de campo com a realização do *survey* e a digitalização dos dados permitiu-nos perceber que o “mundo da comunidade” possuía uma influência direta no “mundo da escola”. Deste modo, entre outros resultados do trabalho pode-se destacar que há naquelas escolas um processo intra-escolar de exclusão baseada na indiferença sobre os alunos, preconceito e discriminação pelo fato de serem moradores de favela. Percebeu-se sobretudo uma ausência de dados referenciais que sirvam de informações sobre a vida familiar dos alunos e conseqüentemente da comunidade de origem de cada um deles.

Esta constatação parece apontar um caminho curioso de investigação na medida que envolve a pouca habilidade das estruturas de gestão de escolas públicas para incorporar a gestão da informação através de suas tecnologias em seus aparatos administrativos. Desde este ponto de vista, se torna uma condição necessária ao bom desempenho da administração escolar a valorização da produção e sobretudo do uso das informações sobre seu alunado, municiando os diretores e educadores de instrumentos de leitura acerca do perfil de seus alunos. Mais do que isso, o conceito de gestão da informação implica no uso efetivo do produto destas informações em campos diversos dos regimes de escolarização dos alunos.

Mas por que seria tão urgente esta investigação acerca dos processos de gestão escolar envolvendo práticas de construção de informações sobre os alunos, suas famílias e suas particularidades sociais? De fato, quais impedimentos tolhem a gestão escolar de incorporar práticas de produção e uso de informações em seu cotidiano? Os processos de experiências diversas e particulares de cada aluno em seu contexto social pode criar mecanismos de déficit de aprendizagem? Há realmente a percepção entre os profissionais da gestão das escolas de que as famílias dos alunos não participam da vida escolar e portanto são coadjuvantes no insucesso da escolarização dos filhos? Mas quem são estas famílias? . Estas são algumas das questões que o tema desta pesquisa pretende diagnosticar.

No caso carioca, o pouco acesso dos pais em relação a fontes de informação, cultura e toda sorte de conhecimento, constituiu um fator de impedimento para participação na vida escolar dos filhos. Os conhecimentos mínimos que os pais deveriam ter, e que a primeira vista têm de preceder o acompanhamento escolar dos filhos, apareceu nas amostras da pesquisa na razão inversa do bom desempenho dos alunos. Houve uma tendência quase que unânime onde pais que não dominavam os conteúdos escolares formais oferecidos no processo de aprendizagem dos filhos tenderam a não participar e não se interessar pela vida escolar dos filhos .

Extrapolando esta relação de subescolarização dos pais destes alunos, deve-se levar em conta que a grande maioria destes pais declarou não participar mais da vida escolar dos filhos por falta de tempo ou porque não tinham a autorização no trabalho para se ausentarem durante as reuniões e eventos que aconteciam nas escolas. Para Daniel Thin (2006), a relação entre famílias populares e escola deve ser entendida como uma dinâmica armadilhada. Na compreensão do autor:

Em qualquer pesquisa, quando construímos um objeto ou uma forma de abordar e tratar uma questão, o fazemos comumente de maneira a ultrapassar os discursos, os pontos de vista ou as abordagens que nos pareçam precários ou insuficientes. No que concerne às relações entre as famílias populares e a escola, ou à relação das famílias populares com a escolarização, o discurso que mais freqüentemente encontramos nos ambientes educacionais é o discurso normativo, que tende a insistir naquilo que, do ponto de vista da instituição escolar, é percebido como déficit da ação dos pais no que tange à escola, ou seja, como déficits educacionais. Esse discurso é particularmente fértil, uma vez que se dirige às frações mais dominadas e mais carentes das classes populares, aquelas que são mais afetadas pela precariedade da existência. (THIN, 2006. p-211.)

Este fragmento nos leva a acreditar que o perfil massivamente popular dos alunos das escolas públicas em grande parte do país atualmente, merecem uma atenção diferenciada, que escapa da “normatividade” do ponto de vista escolar, e que tende ser considerado a partir de uma abordagem *relacional* entre a instituição escolar e as particularidades de seu alunado (LOPEZ, 2008), ao invés de simplesmente depositar sobre as famílias o peso das responsabilidades inerentes ao baixo desempenho escolar dos alunos.

## **Hipótese do trabalho: processos intra-escolares podem alimentar consequências extra-escolares ?**

Uma relação de aproximação entre a Escola -que representa uma instituição progenitora do modelo político republicano- e as famílias populares, que constituem seu público majoritário no Brasil contemporâneo, não pode se dar senão pela via de uma descrição e conhecimento do mundo de origem de seu alunado. Mesmo nas escolas onde encontramos algumas fichas cadastrais com alguns poucos dados dos estudantes e suas relações familiares, os gestores escolares demonstravam resistência e pouca habilidade em usar tecnologias necessárias para montar informações que lhes pudesse auxiliar tanto na gestão escolar quanto na intervenção pedagógica no processo de ensino aprendizagem dos alunos. Se levamos em conta que um dos preceitos básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 é que a instituição escolar mantenha uma relação de diálogo e participação para e com a comunidade e as famílias dos alunos, podemos inferir que quanto à gestão, a escola atual tem fracassado na sua missão, já que não seria possível manter o diálogo e a participação sem antes conhecer o perfil das famílias dos alunos.

Este desdobramento extra-escolar que a ausência ou precariedade da produção e uso de informações pela gestão escolar assume, sobretudo quando nos referimos às escolas públicas que atendem alunos das classes populares, lançou luz sobre a questão central deste tema de pesquisa. A hipótese portanto, é que o perfil familiar dos alunos atendidos pelas instituições escolares públicas é atualmente massivamente popular e requer uma análise mais apurada em contextos sociais para além das regiões metropolitanas. É sabido que o grande ingresso de alunos destas camadas populares nas instituições públicas de educação a partir da segunda metade do século XX não foi acompanhado de investimentos e recursos necessários na busca da qualidade do ensino. Um dos (imensos) problemas enfrentados atualmente nas escolas públicas do país tem sido o reduzido corpo de funcionários que estas instituições agregam. Como consequência, os profissionais de diversas áreas dentro destas instituições se veem num cotidiano sobrecarregado de tarefas e funções que escapam à qualidade dos serviços prestados, se comprometendo mais com o imediatismo das situações corriqueiras. Por essa via, um dos pontos a serem “atacados” neste novo foco da pesquisa é a investigação acerca da possibilidade de os processos de fragilidade da gestão da

informação se estenderem para além dos limites físicos da escola, afetando por exemplo a pouca aproximação dos pais na vida escolar dos filhos.

Além disso, os resultados do trabalho com as escolas cariocas engendrou uma inquietação acerca da possibilidade de existência do “efeito metrópole” sobre as pequenas cidades. É possível que haja também nas três escolas mineiras processos de discriminação, preconceito e ideias preconcebidas sobre o baixo desempenho dos alunos e a pouca participação dos pais nos processos de escolarização dos filhos? Estas perguntas servem de fio condutor para as investigações que pretendem compor esta pesquisa.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Maria Teresa G. ; SOARES, José Francisco. **AS PESQUISAS SOBRE O EFEITODAS ESCOLAS: contribuições metodológicas para a Sociologia da Educação**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 435-473, maio/ago.2007

ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Segregação residencial e desigualdade escolar no Rio de Janeiro*. In: RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; KATZMAN, Ruben (Orgs.). A Cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. *As desigualdades diante da educação e seus efeitos sociais*. CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 9-13, Jan./Abr. 2007.

BURGOS, Marcelo Baumann; ALMEIDA, Ana Carolina Canegal de; DUTTON, Rafael; ROSSI, Laura & SILVA, Cássio. **O Cotidiano de Quatro Diretoras de Escolas Públicas: uma abordagem etnográfica**. Relatório Final. CAEd/UFJF, *Mimeo*, 2010.

\_\_\_\_\_BURGOS, Marcelo Baumann. *Escola e projetos sociais: uma análise do “efeito-favela”*. In. **A Escola e a Favela**. Burgos, M. Paiva, A. (org). Rio de Janeiro: Editora Pallas/PUC-Rio, 2009.

\_\_\_\_\_BURGOS, Marcelo Baumann. *Cidade, Territórios e Cidadania*. pp.189 a 222. DADOS- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.48, No 1, 2005.

BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean Claude .(Orgs) *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1975.

\_\_\_\_\_. BOURDIEU, Pierre. *Efeitos do Lugar*. In Pierre Bourdieu (org.) **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

KAZTMAN, Ruben; RETAMOSO, Alejandro. **Transformaciones recientes em las características de los barrios pobres de Montevideo: posibles implicaciones sobre las oportunidades de empleo de sus residentes**. In.: (Org) SARAVÌ, Gonzalo. *De la Pobreza a la exclusión: continuidades y rupturas de la cuestión social en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

LÓPEZ, Nestor. **Equidad Educativa y Desigualdad Social, desafios de la educación em el nuevo cenario latinoamericano**. Buenos Aires: UNESCO, 2008.

MEC/UNESCO. **Escola interação família: subsídios para práticas escolares**. Castro, M.Regattieri, M. Brasília: UNESCO, MEC, 2009, 104p.

PEREGRINO, Monica. **Trajetórias Desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

SOARES, José Francisco. FONSECA, Izabel Costa da. ÁLVARES, Raquel Pereira. GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles. *Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras: um estudo com dados da prova Brasil 2005, 2007 e 2009 Educação*. Debates ED .Nº 04 – abril de 2012/ ISSN 2236-2843 / UNESCO

THIN, Daniel. **Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras**. Trad. Anna Machado. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

WEBER, Max. *Burocracia*. In GERTH & WRIGHT MILLS (orgs.). **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. – 5 ed., [Reimpr.] – Rio de Janeiro: LTC, 2010.

BECKER, Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2008.